

N.F. Nº. - 232875.0012/18-8
NOTIFICADO - G.L.V.F. COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI
NOTIFICANTE- ANTÔNIO LUÍS DOS SANTOS PALMA
ORIGEM - INFAZ ATACADO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 29/09/2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0338-06/21NF-VD

EMENTA: MULTA. ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL. FALTA DE ENTREGA DOS ARQUIVOS ELETRÔNICOS NOS PRAZOS REGULAMENTARES. A acusação foi de falta de entrega do arquivo eletrônico da Escrituração Fiscal Digital – EFD nos prazos previstos na legislação tributária. Ocorre que há elementos nos autos comprovantes de que o sujeito passivo teve autorização para retificar a Escrituração Fiscal Digital. Impossibilidade de retificação de algo que não existe. Rejeitada a preliminar de nulidade. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada no dia 20/06/2018 para formalizar a constituição de crédito tributário no valor histórico de R\$30.360,00 (multa prevista no art. 42, XIII-A, “I” da Lei 7.014/96), sob a acusação de falta de entrega do arquivo eletrônico da Escrituração Fiscal Digital – EFD nos prazos previstos na legislação tributária (03/2016 a 12/2017 – R\$ 1.380,00/mês).

O contribuinte ingressa com justificação às fls. 12 a 15, na qual inicia informando desenvolver a atividade de mercado de produtos de origem animal, vegetal e de limpeza, dentre outros.

Suscita preliminar de nulidade, pois lhe foi imputada a falta de entrega da EFD, quando na verdade foi entregue, juntamente com as DMAs (Declarações Mensais de Apuração do imposto), conforme atesta comprovante que diz ter anexado.

Nas suas palavras, *“mediante análise dos comprovantes anexos, houve a apresentação das informações fiscais mencionadas, uma vez que a apresentação das mesmas zeradas não constitui falta de apresentação, decorrendo daí a impropriedade da alegação que fundamenta a alegação supracitada”*.

No mérito, afirma ser possível retificar as informações constantes da EFD transmitida, conforme autorizam os §§ 3º e 6º do art. 255 do RICMS/12, transcritos à fl. 14.

Protesta pela produção de provas e encerra pleiteando o acolhimento das razões contidas na peça.

Na informação fiscal, de fl. 42, o auditor afirma que a justificação tem caráter meramente protelatório, pois o contribuinte apenas apresentou comprovação da entrega das DMAs, e não da EFD.

Pugna pela procedência.

VOTO

Destituídos de amparo fático ou jurídico os argumentos relativos aos pressupostos de validade do procedimento de auditoria, pois o notificante expôs com clareza a fundamentação de fato e de direito, descreveu a suposta irregularidade, indicando os documentos e demonstrativos, com seus dados, informações e cálculos.

Inexistente violação ao princípio do devido processo legal ou a quaisquer outros de Direito Constitucional, Administrativo ou Tributário, em especial os do Processo Administrativo Fiscal (art. 2º; RPAF/99), tendo sido observada a garantia à ampla defesa e ao contraditório, visivelmente caracterizada nos aspectos abordados na justificação.

Rejeitada a preliminar de nulidade.

No mérito, consta das fls. 02/03 dos presentes autos um documento denominado “*RECIBO DE SOLICITAÇÃO DE RETIFICAÇÃO*” da Escrituração Fiscal Digital do período auditado (do contribuinte notificado), fundamentada (a solicitação) na cláusula 13ª do Ajuste SINIEF 02/09, o que foi deferido no Parecer Final de fl. 04, exarado pelo notificante, com a observação de que a retificação deveria ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Referido Parecer foi chancelado pelo senhor inspetor/coordenador Antônio Fernando Reis de Almeida.

No extrato de “*PROCESSOS TRIBUTÁRIOS*” relativo ao notificado de fl. 05 observa-se que há três números distintos de processos, referentes a autorizações para que o sujeito passivo retifique a sua EFD, com base no art. 251 do RICMS/12.

Com efeito, como bem disse o notificante ao prestar informação fiscal, o notificado, ao contestar o lançamento, somente juntou provas de entrega de DMAs (fls. 17 a 39). Entretanto, os documentos de fls. 02 a 05 dão conta de prévia entrega da EFD, pois não se autoriza a retificação de algo que não existe.

O art. 42, XIII-A, “I” da Lei 7.014/96, em que se baseia a exigência, prevê multa de R\$ 1.380,00 (um mil, trezentos e oitenta reais) pela falta de entrega, no prazo previsto na legislação, da Escrituração Fiscal Digital - EFD, devendo ser aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) do valor das entradas de mercadorias e prestações de serviços tomadas, em cada período de apuração, pelo não atendimento de intimação para entrega da escrituração não enviada.

Diante dos elementos presentes nos autos e conforme o que se expôs acima, não há evidências de falta de entrega, no prazo previsto na legislação, da Escrituração Fiscal Digital - EFD, mas sim de Escrituração Fiscal Digital – EFD em relação à qual mostrava-se necessária uma retificação, devidamente autorizada pelas autoridades fiscais competentes.

Também não existem indícios de não atendimento de intimação para entrega de escrituração não enviada.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **232875.0012/18-8**, lavrada contra **G.L.V.F. COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 26 de agosto de 2021

PAULO DANILO REIS LOPES - PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - JULGADOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - JULGADOR